

Ulysses não aceita calendário

Nélio Rodrigues

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães rejeitou ontem, durante reunião com líderes partidários, requerimento do deputado Plínio Sampaio (PT/SP) que propunha a elaboração de um calendário para debates dos temas constitucionais em plenário. Uma contraproposta foi levantada pelo deputado Aldo Arantes (PC do B/GO), na qual seriam convocadas sessões extraordinárias, de terça às 13h00, para discussão de questões polêmicas, como reforma agrária, direitos trabalhistas, educação e saúde. Ulysses não se manifestou em relação à nova sugestão, mas pediu um tempo para consultar os líderes do PFL e do PMDB, ausentes à reunião.



A necessidade de uma pauta que oriente os debates constitucionais está sendo sentida a cada sessão, diante do esvaziamento do plenário, comentou o petista Plínio Sampaio. Reconheceu que a sua proposta, conforme defendeu Ulysses, fere o direito adquirido dos parlamentares inscritos previamente. "Eu não posso cassar este direito", frisou o presidente, ao comentar que não houve uma decisão sobre a nova ideia porque "ela requer uma consulta aos partidos para verificarmos a exequibilidade de vir a adotar este sistema".

Proposta

A começar no dia 28 de julho até 23 de agosto, quando se encerra o período de debates, seriam realizadas 12 sessões extraordinárias, possibilitando o confronto de 144 constituintes e suas propostas programáticas em relação a 12 temas previamente estabelecidos. Nesta relação de questões estariam incluídos os direitos trabalhistas (estabilidade no emprego e jornada de 40 horas), reforma agrária e urbana (aluguel, moradia e BNH), conceito de empresa nacional (intervenção do capital nacional e estrangeiro na economia), sistema de governo, concessão de meios de comunicação, sistema eleitoral (voto distrital), educação, saúde, direitos e garantias individuais (anistia), minorias (mulher, negro, índios) e tributação.

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB/AM) apoiou este novo sistema. O desinteresse atual dos constituintes pelas sessões no plenário, para o relator, seriam revertidas para um "confronto de idéias e tendências de todos os partidos, além de atrair a população para os debates constitucionais". Cabral defende que este sistema não traria nenhum risco para os trabalhos de elaboração da Constituição. Pelo contrário, "seria mais uma pressão popular sobre os constituintes", afirmou.

O autor da proposta, deputado Aldo Arantes, comentou que se houver uma nova recusa, "será uma demonstração cabal da instalação de um rolo compressor que pretende impor um substitutivo e empurrar garganta abaixo dos constituintes". O líder do PT, Lula, afirmou que o PFL e o PMDB estão com medo dos debates, pois receiam mostrar ao povo seus "ridículos argumentos".

"Debates já aconteceram"

O presidente da Constituinte, Câmara e PMDB, deputado Ulysses Guimarães, discordou ontem de um possível esvaziamento do plenário neste período destinado à discussão de temas constitucionais. "Os debates estão se processando normalmente, sendo acompanhados nos gabinetes de cada deputado, nas bibliotecas, em simpósios, de maneira que há um grande interesse e uma grande participação dos constituintes com respeito a uma boa elaboração constitucional", comentou.

Indagado sobre a necessidade de novas discussões dos temas polêmicos que certamente irão constar no substitutivo do relator Bernardo Cabral, o presidente Ulysses, bastante irritado desabafou: "o debate já houve nas sub-comissões, nas comissões temáticas, nas audiências públicas, agora na Sistematização, então os debates são amplos". O plenário é um lugar para debates, concordou Ulysses.



O presidente da Constituinte (no centro) rejeitou a proposta do deputado Plínio Sampaio

Deputado busca grupo de Covas para comandar a Constituinte

O deputado Ulysses Guimarães está convencido de que é o ponto de equilíbrio não apenas do PMDB, como da própria Constituinte. E pretende, a partir de sua vitória na Convenção Nacional do partido, exercer ativa e integralmente este papel. Ele vai se aliar à corrente do senador Mário Covas para assegurar os compromissos assumidos por seu partido em praça pública, de produzir uma Constituição moderna, democrática e progressista. Mas sem avanços irrealistas, defendidos por parcelas da esquerda. Para evitá-los, conta com a mobilização dos conservadores a partir do trabalho do deputado Carlos Sant'Anna, líder do Governo.

Esse papel, que Ulysses reservou para si próprio desde o início da Constituinte, ganha, segundo integrantes de sua corrente, um novo destaque após a demonstração de força na convenção. O senador Mário Covas foi um dos primeiros

a perceber isto, dedicando-se desde o final dos trabalhos da convenção a criar as condições propícias para uma sólida aliança com o grupo de Ulysses. Os governadores Pedro Simon, do Rio Grande do Sul, e Waldir Pires, da Bahia, que conversaram demoradamente com Covas, estão convencidos de que esses entendimentos recolocam o partido na linha de seus compromissos históricos.

Deixando de lado os pontos mais divergentes — mandato presidencial e regime de Governo —, os demais obstáculos à reaproximação entre Covas e Ulysses estão sendo aos poucos removidos. Um exemplo: Ulysses não gostou da proposta aprovada na convenção pelo grupo de Covas que prevê punições para os constituintes que não seguirem as decisões programáticas, reafirmadas através do questionário respondido pelos convencionais. E recebeu no ato o apoio de Covas,

para que as deliberações da convenção devem produzir apenas efeitos políticos e não jurídicos.

Covas, em conversas reservadas com vários coordenadores de seu grupo, concluiu que é preciso "baixar a bola", amenizando o estilo adotado até a convenção de forte pressão sobre o comando partidário. Com isto, espera avançar os entendimentos com Ulysses, que estão bem encaminhados em relação à Constituinte.

O deputado Maurício Fruet, do grupo de Covas, diz que a união entre os dois é "vital para assegurar a Constituição desejada pela grande maioria do PMDB e da sociedade". Em sua opinião, os principais governadores do partido, que estavam mais voltados para seus problemas administrativos do que para o papel político que lhes cabe, iniciaram uma reciclagem nas inúmeras conversas durante a Convenção.

Líder quer definição através de plebiscito

Uma consulta plebiscitária no dia 17 de novembro, 60 dias após a publicação do projeto de Constituição pelo relator da comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), foi proposta, ontem, pelo líder do PDT na Câmara, Brandão Monteiro, através de um projeto de resolução. O plebiscito deverá definir o sistema de Governo e a duração do mandato do atual Presidente da República.

O projeto de resolução de Brandão Monteiro, o primeiro a ser apresentado na Assembleia Nacional Constituinte, está previsto no artigo 61 do regimento interno, e pretende a resposta do

povo brasileiro sobre a forma de governo, se presidencialista (como é agora) ou parlamentarista, e a duração do mandato do presidente José Sarney, se quatro ou cinco anos.

Justifica, no seu projeto, o deputado Brandão Monteiro que "as duas correntes inconciliáveis em que se divide a Assembleia Nacional Constituinte, em torno desses dois temas polêmicos, demonstram a inadiável necessidade de se recorrer à fonte primária da soberania — o povo — para se decidir a duração do mandato de transição e a forma de Governo, a ser adotada pela futura Constituição".

Sarney manda ao Congresso lei de abuso

O presidente José Sarney encaminhou ontem ao Congresso Nacional projeto de lei alterando a sistemática de repressão aos abusos do poder econômico, coordenada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Pela proposta do Presidente, os processos contra abusos do poder econômico poderão ser suspensos e arquivados, por decisão do plenário do Cade, caso o infrator decida interromper a prática do abuso.

Segundo exposição de motivos assinada pelo ministro Paulo Brossard, da Justiça, a suspensão dos efeitos do processo em curso no Cade, uma vez cessada a prática do abuso, "encontra antecedentes na prática norte-americana e de países integrantes do Mercado Comum Europeu, além de outros como a Argentina, que tem procurado, de forma exitosa, aliás, restabelecer o sadio funcionamento do mercado.

Emendas serão entregues no dia da greve

As entidades nacionais que trabalharam pela participação popular na Constituinte decidiram, ontem, entregar as assinaturas de cerca de 60 emendas, colhidas em todo o País, no próximo dia 12, data marcada para a greve geral.

Foi preciso um dia todo de discussão para se chegar a esta data. Reunidos na Câmara dos Deputados, os representantes das entidades previram que o número de assinaturas está muito acima do que era esperado. A outra alternativa seria, o dia 5, defendido pela minoria dos participantes. A Regional de São Paulo foi a que mais se opôs à coincidência com a greve, preferindo que a ocasião fosse marcada por manifestações próprias. Para Fábio Cipriano, da Comissão Justiça e Paz de São Paulo, o fracasso da greve ofuscaria o peso da entrega das emendas, apagando totalmente o efeito da manifestação popular.